

# Sarney aceita presidencialismo com Congresso forte

BRASÍLIA — O presidente José Sarney quer negociar com a Constituinte uma fórmula intermediária entre parlamentarismo e presidencialismo, sem contudo alterar a essência da forma de governo vigente. Ele instruiu o grupo moderado do PMDB a buscar alternativas que assegurem a manutenção do presidencialismo e deleguem ao Congresso novas atribuições, até agora inerentes ao Executivo.

Durante reunião de três horas e meia, no sábado, com os deputados Carlos Sant'anna (líder do governo), Expedito Machado (coordenador do "centro-democrático"), Prisco Vianna e Albérico Filho, da qual participaram também o consultor-geral da República, Saulo Ramos, o ministro Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Sarney fez uma longa exposição sobre as inconveniências da adoção do parlamentarismo, assim resumida pelos participantes:

1 — O Brasil não tem experiências válidas sobre o parlamentarismo. Sarney não coloca o assunto em termos pessoais, mas em termos da tradição brasileira, que não permite uma mudança brusca de regime.

2 — Existe uma incompatibilidade entre o parlamentarismo e o federalismo. O parlamentarismo é ideal para repúblicas unitárias, e o Brasil é uma confederação de estados. A transferência desse sistema para os estados criaria dificuldades intratáveis.

3 — O país não tem partidos nacionais, nem definidos programaticamente, capazes de sustentar o parlamentarismo.

4 — Não existe um plano de classificação de cargos e carreiras que possa sobreviver às mudanças bruscas de gabinetes.

5 — A questão tanto não é pessoal que o próximo presidente seria até mais lesado, pois enfrentaria, logo na posse, uma grave crise, decorrente da sua própria representatividade. Eleito, como se supõe, em 1989, o presidente, no segundo turno, teria a maioria dos votos dos eleitores (estima-se em 70 milhões) e dividiria o poder com um deputado, eleito ainda em 86.

**Regras** — Sarney citou ainda pesquisas recentes, que revelam a preferência do eleitorado pelo presidencialismo, pois o povo vê, segundo ele, no chefe-de-gabinete a figura do presidente da República. Sarney destacou um fato curioso dessas pesquisas: a maioria acha que o primeiro-ministro deve ser eleito pelo voto direto.

Disposto a admitir um presidencialismo não totalmente puro, Sarney ressaltou que não pretende recorrer a emendas anteriormente apresentadas com o seu consentimento, e que criavam na prática um regime misto. Ele deixou claro que deseja um presidencialismo com pequenas regras parlamentaristas, exclusivamente para fortalecer e determinar a maior participação do Legislativo. Estudam-se, a propósito, medidas no sentido de atribuir ao Congresso prerrogativas de aprovar a política externa do governo e todos os planos de desenvolvimento e, ainda, mecanismos para referendar indicações para cargos de relevância no trato de política de governo, exceto os ministros de estado.

Sarney, não apenas ao grupo moderado, mas principalmente ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com quem se reuniu também no sábado, criticou de modo geral o projeto do relator Bernardo Cabral. Disse que a ingovernabilidade não está determinada apenas na forma de governo, mas também nas partes econômica e tributária. Ele considera da maior gravidade o fato de o projeto reduzir as receitas e aumentar os encargos do governo. Assim, o governo necessitaria de um orçamento duas vezes superior ao atual.

**Minuta** — A estratégia de Sarney, para alterar o projeto, consiste em atualizar muitas das emendas apresentadas pelo grupo governista, e que já estão sendo revistas pelo "centro democrático". Entre elas estão as que disciplinam o papel das Forças Armadas e a anistia. Ele acionou também todo o ministério para apresentar, nas respectivas áreas, subsídios a esse trabalho. Toda a ação será coordenada pelo líder Carlos Sant'Anna.

Ulysses, o sistema de governo deve ter prioridade porque vários outros temas da futura Constituinte dependem da definição prévia daquele item.

**Cinco itens** — As negociações entre os dois grupos interpartidários da Constituinte — o liderado por Richa, mais moderado; e o do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), mais à esquerda — continuam hoje, durante todo o dia. Os dois grupos negociam cinco itens considerados "polêmicos" e esperam chegar a acordo amanhã. Os itens são reforma agrária, sistema tributário, educação, anistia para militares e Poder Judiciário.

Ao mesmo tempo, o grupo de Scalco — chamado "grupo do consenso" — negocia outros pontos com o bloco que reúne os parlamentares mais radicais dos partidos de esquerda e a esquerda do PMDB, ligada ao MUP (Movimento da Unidade Progressista). Nova reunião entre o "grupo do consenso" e o "bloco da esquerda" ocorrerá hoje à noite. Tanto no grupo de Richa quanto no de Scalco, entretanto, há parlamentares de todos os partidos de esquerda, menos do PC do B.

## Parlamentaristas preparam emenda

BRASÍLIA — Um grupo de constituintes parlamentaristas está trabalhando para apresentar, até quarta-feira, uma emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral que, mantendo o sistema parlamentarista e a separação das funções de chefe de Estado e chefe de governo, facilite a negociação com os defensores do presidencialismo, entre os quais o próprio presidente José Sarney.

Hoje e amanhã, o senador José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Nelson Jobim (PMDB-RS) e Victor Faccioni (PDS-RS) tentarão chegar a um acordo sobre o teor da emenda. Outros constituintes, como Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Roberto Freire (PCB-PE), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e José Maria Eymael (PDC-SP), estarão encarregados de buscar apoio para a proposta.

**Presidente** — Os dois grupos formaram-se numa reunião realizada na quinta-feira passada à noite sob a presidência do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Os defensores do parlamentarismo chegaram à conclusão de que era necessário tomar a iniciativa para evitar a radicalização em torno do tema.

Na reunião vários constituintes admitiram que o parlamentarismo adotado no substitutivo de Bernardo Cabral, baseado em emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos, não é o mais apropriado para o Brasil, pois praticamente reduz o presidente da República a uma figura simbólica.

"Não podemos passar de um regime onde o



Fernando Lyra

Collor de Melo

São Paulo — Rogério Montenegro



Lula: Leônidas deveria ter-se candidatado

## Lyra acha que surge um novo autoritarismo

BRASÍLIA — O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), primeiro ocupante do Ministério da Justiça na Nova República, disse que as críticas do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, à Constituinte mostram que o regime "apenas passou do autoritarismo explícito para o autoritarismo implícito". Ele acusou o presidente José Sarney de estar "tentando pressionar e corromper os constituintes, na luta pela preservação do poder".

Para o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo (PMDB), a manifestação de Leônidas, na reunião ministerial de quinta-feira passada, foi "um avanço sobre a soberania da Constituinte e uma ameaça às instituições". Acrescentou que "não cabe ao general nem a nenhum brasileiro questionar a validade ou legitimidade da Constituinte, eleita pelo povo de forma democrática".

O deputado Luís Inácio da Silva, Lula, líder e

## Jornal dos EUA destaca general

O *New York Times* deu destaque ontem às críticas do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao anteprojeto de Constituição brasileiro, dizendo que elas marcaram "a intervenção mais direta dos militares na vida política do país desde que os civis voltaram ao poder há 30 meses".

A matéria, assinada pelo correspondente Alan Riding, diz que os comentários do general, embora tenham sido feitos numa reunião a portas fechadas, tiveram ampla repercussão, aparentemente porque o presidente José Sarney, também descontente com o anteprojeto, empenhou-se em divulgá-las.

O jornal comenta que as críticas do ministro "confirmam que as Forças Armadas ainda

presidente do (PT), considerou "ingerência indevida" as declarações do ministro do Exército. "Se ele quisesse dar palpite na Constituinte", afirmou, "deveria ter-se candidatado. O que não pode é fazer uso do poder excepcional que tem e ficar dando palpites".

Em Brasília, o deputado Konder Reis (PDS-SC) — ex-governador de Santa Catarina e relator da Constituição de 1967 — afirmou que o general Leônidas enganou-se. "Os fatos não correspondem ao que ele disse, e suas declarações não terão consequência política nenhuma". Segundo Konder Reis, "os trabalhos não demonstram que os radicais estejam dominando a Assembléia".

**Deputado José Genoíno (PT-SP)** — "Está claro que o presidente Sarney legitimou a tutela militar sobre o poder da República. Mas devemos admitir que não há perigo de golpe, simplesmente porque o golpe é desnecessário".

**Deputado Roberto Freire (PCB-PE)** — Não houve intervenção. O que tivemos foi uma atitude impensada e descabida na forma. Neste país, as Forças Armadas se julgam no direito de tomar atitudes que cabem ao presidente da República. Mas não estamos diante de qualquer ameaça de golpe".

se vêem como o árbitro final nas questões políticas", mas que apesar disso elas não mostram interesse em assumir diretamente o poder. No entanto, diz Riding, um confronto parece inevitável entre o presidente, "apoado pelos militares, e uma Assembléia Constituinte determinada a afirmar sua independência".

A matéria acrescenta que não são só os militares que criticam o anteprojeto: "Os grupos feministas reclamam que os direitos iguais não estão assegurados; os intelectuais protestam porque o Governo manterá o poder de censura; os juristas lamentam a linguagem confusa do texto constitucional; os empresários acham que o Estado manterá poderes excessivos para intervir na economia".